

Governo recua, cede ao centrão e aceita calendário de emendas

Anúncio foi feito por Alexandre Padilha após reunião com parlamentares

Renato Machado e Thiago Resende

BRASÍLIA O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), afirmou nesta quinta-feira (22) que o governo federal fechou um acordo com congressistas e vai elaborar um calendário para o pagamento das emendas parlamentares, para serem executadas até o dia 30 de junho. O acordo foi confirmado por parlamentares que participaram de uma reunião com o ministro no Palácio do Planalto. O anúncio aconteceu em meio à pressão do centrão, que vem aumentando desde o veto do presidente Lula (PT) a esse dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Também aconteceu pouco antes de encontro do mandatário com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e líderes de bancada.

O ministro deu entrevista a jornalistas após ter se reunido com integrantes da CMO (Comissão Mista do Orçamento) e liderança do governo. Padilha afirma que o veto será mantido oficialmente, porque há a avaliação de que a sua derrubada iria ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, o governo fechou um acordo com esses parlamentares para que um cronograma de emendas impositivas, que são as individuais e de bancada, sejam pagas até 30 de junho, limite das eleições municipais.

Ou seja, o governo aceita reverter o pagamento até o prazo, que era a principal preocupação dos parlamentares. Por outro lado, o veto será man-

tido e dessa forma o Executivo fica livre de cumprir outros dispositivos da LDO, como o item que obrigava o pagamento de emendas em até 30 dias. "Vocês sabem que a Lei de Diretrizes Orçamentárias tinha proposta de cronograma de acelerar a execução no primeiro semestre dos recursos de repasses a fundo da saúde e assistência social, do SUS (Sistema Único de Saúde) e do Sias (Sistema Único de Assistência Social). O governo tem concordância em acelerar essa execução. Tive um veto por conta de uma coisa que eu havia anunciado, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal", afirmou o ministro.

Padilha acrescenta que o cálculo inicial prevê que essas emendas liberadas até 30 de junho somam um total de R\$ 14,6 bilhões.

“E reafirmamos que os membros da CMO que o governo vai construir um cronograma de execução das emendas ao longo do ano como a gente sempre faz e que quer estabelecer a prioridade absoluta do empenho e pagamento desses valores, da saúde e assistência social, fruto de emendas individuais ou de bancada, no calendário eleitoral para que permita os repasses desses recursos até a data limite da vedação eleitoral, que é o dia 30 de junho”, completou.

A verba a ser repassada deve ser para custeio na área de saúde, educação e assistência social e, geralmente, menos burocrática que obras e grandes projetos. Por isso, costuma ser liberada antes de outros recursos.

O relator da LDO, Danilo Forte (União Brasil-CE), que estava ao lado do ministro no anúncio, diz que o acordo representa “uma vitória para o Congresso”, pois prevê que esses recursos cheguem aos municípios ainda no primeiro semestre. Segundo ele, a proposta anunciada é a mesma que foi aprovada pelos parlamentares no projeto da LDO e, no final, vetada por Lula.

O governo vem enfrentando grande pressão do Congresso e um dos motivos é o veto ao calendário do pagamento das emendas. Esse cronograma é uma peça importante neste ano, por causa das eleições municipais. As emendas são o principal mecanismo pelo qual os parlamentares destinam recursos para os seus redutos eleitorais.

Ainda nesta quinta, o presidente Lula receberá Lira e lideranças da Câmara no Palácio do Planalto. O mandatário decidiu se engajar mais na articulação política, após uma série de críticas de parlamentares a Padilha, devido a compromissos que não tinham sido cumpridos.

Padilha também anunciou um encontro no dia 7 de março para discutir os vetos de Lula à LDO, antes de que sejam votados pelo Congresso Nacional.

“Estamos tirando uma decisão de no dia 7 de março, esse mesmo grupo, SRI, Flamejamento, Casa Civil e Fazenda, reunimos com essa composição da CMO para tratar desses vetos da LDO, quais que podem ser modificados, que podem ter alguma parte do texto, se tem concordância e esclarecimento com ele”, afirmou Padilha.

“E reafirmamos que os membros da CMO que o governo vai construir um cronograma de execução das emendas ao longo do ano como a gente sempre faz e que quer estabelecer a prioridade absoluta do empenho e pagamento desses valores, da saúde e assistência social, fruto de emendas individuais ou de bancada, no calendário eleitoral para que permita os repasses desses recursos até a data limite da vedação eleitoral, que é o dia 30 de junho”, completou.

A verba a ser repassada deve ser para custeio na área de saúde, educação e assistência social e, geralmente, menos burocrática que obras e grandes projetos. Por isso, costuma ser liberada antes de outros recursos.

O relator da LDO, Danilo Forte (União Brasil-CE), que estava ao lado do ministro no anúncio, diz que o acordo representa “uma vitória para o Congresso”, pois prevê que esses recursos cheguem aos municípios ainda no primeiro semestre. Segundo ele, a proposta anunciada é a mesma que foi aprovada pelos parlamentares no projeto da LDO e, no final, vetada por Lula.

O governo vem enfrentando

grande pressão do Congresso e um dos motivos é o veto ao calendário do pagamento das emendas. Esse cronograma é uma peça importante neste ano, por causa das eleições municipais. As emendas são o principal mecanismo pelo qual os parlamentares destinam recursos para os seus redutos eleitorais.

Ainda nesta quinta, o presidente Lula receberá Lira e lideranças da Câmara no Palácio do Planalto. O mandatário decidiu se engajar mais na articulação política, após uma série de críticas de parlamentares a Padilha, devido a compromissos que não tinham sido cumpridos.

Padilha também anunciou um encontro no dia 7 de março para discutir os vetos de Lula à LDO, antes de que sejam votados pelo Congresso Nacional.

“Estamos tirando uma decisão de no dia 7 de março, esse mesmo grupo, SRI, Flamejamento, Casa Civil e Fazenda, reunimos com essa composição da CMO para tratar desses vetos da LDO, quais que podem ser modificados, que podem ter alguma parte do texto, se tem concordância e esclarecimento com ele”, afirmou Padilha.

Reafirmamos que [...] o governo vai construir um cronograma de execução das emendas

Alexandre Padilha ministro



Lula conversa com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), durante cerimônia que empossou Flávio Dino como ministro do STF. Pedro Lemos/Thomson

Barroso discute em sessão do CNJ com corregedor nacional de Justiça por causa de fundo da Lava Jato

Ana Pompeu e Marcelo Rocha

BRASÍLIA O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, e o corregedor nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão, protagonizaram um embate no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) sobre o andamento de apuração referente a eventuais ilegalidades na criação do chamado fundo da Lava Jato. A discussão ocorreu na terça-feira (20) no plenário do CNJ, órgão que também é presidido por Barroso.

Salomão quer impedir o arquivamento de uma representação contra a juíza Gabriela Hardt sobre período em que ela atuou na 13ª Vara Federal de Curitiba. Barroso, por sua vez, defende que o caso deva ser definido e que o colegiado deve arquivá-lo.

O procedimento no CNJ, de 2019, é de iniciativa da presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, sob a alegação de que a magistrada atuou fora de suas atribuições ao homologar acordo firmado entre a Petrobras e o MPF (Ministério Público Federal) que for-

malizava o fundo e, portanto, teria cometido uma infração disciplinar. Hardt era substituída do ex-juiz Sérgio Moro na 13ª Vara de Curitiba quando ele deixou a magistratura para ser ministro da Justiça e Segurança Pública na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O conselho tem oito votos para encerrar a apuração, já deferidos no plenário virtual. A análise foi transferida posteriormente ao plenário presencial. O pleno vota se confirma ou não o arquivamento do caso feito em 2019 pelo então corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, que não identificou irregularidades na conduta de Hardt.

Em meio ao embate entre Barroso e Salomão na última terça-feira, o conselheiro Caputo Bastos pediu vista (mais tempo para analisar a matéria), adiando mais uma vez o desfecho do caso. A criação do fundo, noticiada pela Folha, se daria com recursos de multa imposta a Petrobras como parte de um

acordo com autoridades dos Estados Unidos para compensar perdas de acionistas minoritários nos esquemas de corrupção revelados a partir de 2014.

O fundo financiaria uma fundação independente que administraria esses recursos recuperados para bancar projetos de cidadania e contra a corrupção.

Depois de idas e vindas do caso contra Hardt no plenário virtual do CNJ — e os oito votos pelo arquivamento do processo — Salomão apresentou questão de ordem por entender que há fatos novos que justificam a manutenção do caso em tramitação.

“Por que eu vou arquivar esse aqui? Qual é a minha obrigação? É trazer aos conselheiros e discuti-la, está sendo apurado lá. Querem arquivar?” São R\$ 3,5 bi, afirmou de na sessão plenária, referindo-se ao trabalho correicional conduzido pelo CNJ e em andamento na 13ª Vara Federal para apurar indícios de irregularidade naquela unidade de condução da Lava Jato.

O corregedor argumentou

que, quando do início da apreciação do procedimento contra Hardt no CNJ, não havia, ainda, a decisão do STF que declarou inconstitucional a homologação do acordo entre MPF e Petrobras.

“O fato é grave porque estamos falando aqui de um possível desvio de recursos — e que eu disse foi o relator da ADPF [Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental] no STF Alexandre de Moraes — de US\$ 700 milhões,

que, quando do início da apreciação do procedimento contra Hardt no CNJ, não havia, ainda, a decisão do STF que declarou inconstitucional a homologação do acordo entre MPF e Petrobras.

“O fato é grave porque estamos falando aqui de um possível desvio de recursos — e que eu disse foi o relator da ADPF [Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental] no STF Alexandre de Moraes — de US\$ 700 milhões,

que, quando do início da apreciação do procedimento contra Hardt no CNJ, não havia, ainda, a decisão do STF que declarou inconstitucional a homologação do acordo entre MPF e Petrobras.

o que seriam R\$ 3,5 bilhões”, apontou o corregedor.

Na ação citada por Salomão, Moraes concedeu uma decisão provisória, em fevereiro de 2021, para estabelecer que o Ministério Público não poderia definir a destinação de valores decorrentes de condenações criminais e acordos de colaboração premiada ou de leniência.

Salomão deu início às investigações da Corregedoria Nacional de Justiça na 13ª Vara Federal da capital paranaense e no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, responsáveis pelos processos da Lava Jato na primeira e na segunda instâncias, em maio de 2023. Em setembro, ele fez uma visita surpresa à Vara Federal.

“Foi na correição que se cruzaram elementos. Eu verifico que na Vara uma situação crítica de gestão de recursos. É preciso saber quem gerou essa situação. E isso não tem nada a ver com combate à corrupção. A primeira impressão que eu tive é que a gestão era caótica e que tem US\$ 700 milhões que se queriam destinar a uma fundação privada”, disse ele.

Não há defesa da conclusão do julgamento, Barroso afirmou que o processo foi “parado a nível administrativo, sem justificativa”, ao se referir a pedidos de

vista anteriores, e que o procedimento não pode seguir em aberto à espera de achados da correição conduzida por Salomão.

“Não me parece precedente bom anular o julgamento porque alguém não gosta do resultado”, afirmou Barroso.

“Pede-se anulação do julgamento por fatos que ninguém sabe quais são. Se a correição apurar fato novo, é claro que isso pode ser reaberto, se for apurado que a homologação se deu por motivação diferente da que deve motivar o juiz”, afirmou o presidente do Supremo.

O presidente do conselho reforçou reiteradas vezes na sessão que pautaria de imediato a análise de eventuais irregularidades identificadas pela corregedoria na 13ª Vara.

“Ninguém aqui deve passar a mão sobre coisas erradas, mas eu não vi aqui nenhum ato dessa moça [Gabriela Hardt] que possa justificar uma decisão administrativa. Não é uma pessoa de má fama, é uma pessoa que homologou um acordo do Ministério Público Federal”, disse.

“Não foi um acordo de uma parte privada suspeita, mas do Ministério Público Federal”, frisando que à época a Lava Jato desfrutava de “credibilidade global”.